

Construções teóricas e históricas sobre a questão agrária no Brasil: importância para o debate contemporâneo

CAROLINE BECHER*

Resumo: Este artigo objetiva apresentar uma discussão histórica e teórica sobre a questão agrária de maneira geral, procurando estabelecer o debate a partir das principais contribuições teóricas clássicas e, sua importância no debate contemporâneo. Apresentamos, um panorama geral sobre a questão agrária de maneira global, procurando debater a questão agrária, a partir das principais contribuições teóricas dos clássicos como: Vladimir Lênin (Rússia, 1870-1924), Alexander Chayanov (Rússia, 1888-1937), Karl Kautsky (República Tcheca, 1854-1938). A teoria Marxista apresenta contribuições conjunturais e, sobretudo, apresenta uma análise estrutural importante sobre a questão agrária para uma interpretação da realidade agrária contemporânea. O rural constitui-se, portanto, um componente do Modo de Produção Capitalista (MPC) e, desta forma as escrituras de Marx, penetram nesta dimensão com um todo.

Palavras-chave: Rural; História; Marxismo; Campesinato; Modo de produção.

Theoretical and historical constructions on the agrarian question in Brazil: importance for the contemporary debate

Abstract: This article aims to present a historical and theoretical discussion on the agricultural issue in general, seeking to establish the debate from the main classical theoretical contributions. We present an overview of the agrarian issue globally, seeking to discuss the agrarian issue, based on the main theoretical contributions of two classics such as: Vladimir Lenin (Russia, 1870 - 1924), Alexander Chayanov (Russia, 1888 - 1937), Karl Kautsky (Czech Republic, 1854 - 1938). Marxist theory presents conjunctural contributions and, above all, presents an important structural analysis of the agrarian question for an interpretation of the contemporary agrarian reality. The rural constitutes, therefore, a component of the Capitalist Mode of Production (CPM) and, in this way, Marx's writings penetrate this dimension as a whole.

Key words: Rural; History; Marxism; Peasantry; Production mode.



* **CAROLINE BECHER** é Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Pesquisadora no Grupo de estudos de Estado e Gestão de Políticas Sociais - UEL. Possui mestrado Interdisciplinar no curso de Desenvolvimento Comunitário - UNICENTRO. Membro da Câmara temática Direito à Cidade- CRESS Paraná.

Introdução

Em se tratando da questão agrária, posicionamentos políticos que refletiam uma realidade histórica, rememoram as diversas interpretações sobre o campesinato, explicando a origem de divergências teóricas densas, que resultaram atualmente em distintos paradigmas, como por exemplo, o da questão agrária e do capitalismo agrário, debate este, de grande magnitude para os estudos sobre a questão agrária no Brasil. Nesse sentido, as teses clássicas que orientaram historicamente a discussão sobre o modo de produção capitalista e sua influência sobre o rural, são pertinentes.

Apresentamos, neste artigo, um panorama geral sobre a questão agrária de maneira global, procurando debater a questão agrária, a partir das principais contribuições teóricas dos clássicos como: Vladimir Lênin (Rússia, 1870-1924), Alexander Chayanov (Rússia, 1888-1937), Karl Kautsky (República Tcheca, 1854-1938). A teoria Marxista, apresenta contribuições conjunturais e, sobretudo, apresenta uma análise estrutural importante sobre a questão agrária para uma interpretação da realidade agrária contemporânea. O rural, constitui-se, portanto, um componente do Modo de Produção Capitalista (MPC) e, desta forma as escrituras de Marx, penetram nesta dimensão como um todo.

O Brasil caracteriza-se por um país de diversidades territoriais e culturais, território este que abriga diversos públicos coexistindo no rural. O cenário contemporâneo no Brasil, traz à tona essa diversidade e, sobretudo suas desigualdades.

Esta pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica, sendo realizada uma revisão da bibliografia clássica sobre a

questão agrária. O ponto analítico da questão agrária, requisita entender o campesinato a partir das contingências históricas, revisando os debates clássicos, perpassando o arcabouço teórico marxista, sobre qual lugar este ocupa no desenvolvimento da agricultura, das forças produtivas e da radicalização das relações capitalistas de produção no campo. O materialismo histórico-dialético presume a compreensão destas contingências, das relações sociais que formalizam as distintas esferas da sociedade.

Lênin, protagonista da revolução russa de 1917, debruçou-se em estudos sobre a introdução do trabalho assalariado e a consequente diferenciação social do campesinato na Rússia. Chayanov, economista e agrônomo, deu ênfase à dinâmica não capitalista da economia camponesa. Possuía contato direto com a realidade da agricultura europeia, além de ter acesso aos mais renomados centros de pesquisa em agricultura e ciências sociais. Desta forma, o autor foi capaz de examinar profundamente a unidade de produção camponesa, considerando a absoluta insuficiência de tratar o campesinato a partir das categorias “salários”, “capital”, “lucro” e “renda”. Era favorável ao cooperativismo e à integração vertical na agricultura para construir de fato o socialismo na União Soviética. Karl Kautsky, um dos fundadores da ideologia socialdemocrata, ressaltou a subordinação da agricultura à indústria, na qual o camponês estaria se reduzindo à condição de trabalhador disfarçado.

Por fim, o debate entre os clássicos, com o objetivo de delimitar a importância de cada um dos autores, respeitando seus tempos históricos, para a discussão do avanço da industrialização no campo, por via do modo de produção capitalista.

No que tange o desenvolvimento agrário, os pressupostos teóricos marxistas, trazem contribuições estruturais e conjunturais, para as discussões sobre o debate da questão agrária, das forças produtivas e do avanço do capitalismo no campo. Consideramos o Marxismo como um dos principais aportes teóricos para compreender a Questão Agrária.

Na elaboração de “O Capital”, com uma estrutura teórico-metodológica própria, Marx também procurou compreender de que maneira a agricultura e o campo favoreceram a reprodução do capital, bem como para o aumento do processo de proletarianização.

Para estabelecer os nexos necessários entre agricultura e capitalismo é importante compreender o conceito de Marx, o que vem a ser a propriedade capitalista da terra. Um dos pressupostos da análise de Marx é que, o capitalismo se desenvolve a partir de uma estrutura social que o antecede historicamente, neste processo ele encontra diferenciadas formas de propriedade da terra e, a partir delas, cria a forma moderna da propriedade.

Partimos, portanto, da premissa de que a agricultura, tanto quanto a indústria, estão submetidas ao modo capitalista de produção, isto é, que ela é praticada por capitalistas que não se distinguem de outros capitalistas senão pelo setor onde é investido seu capital e, onde se exerce o trabalho assalariado que este capital põe em ação. Supondo que, o modo capitalista de produção domina a agricultura atual, portanto rege todas as esferas da produção e da sociedade burguesa, assim são realizadas, também, em seu pleno desenvolvimento, todas as condições do modo capitalista de produção: livre concorrência de capitais, sua transferibilidade de uma esfera de produção a outra, mesma taxa de lucro médio (MARX. 1974). Do ponto de

vista da revolução, o autor acreditava na dissolução do campesinato em detrimento do avanço da agricultura capitalista, as camadas médias pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses combatem a burguesia por que esta compromete sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da história (MARX; ENGELS, 2006)

Para Marx, a nacionalização da terra produziria uma mudança completa nas relações entre trabalho e capital e, finalmente, colocaria de lado a forma capitalista de produção, tanto industrial como rural. Então, distinções de classe e privilégios desaparecerão juntamente com a base econômica sobre que repousam. Viver do trabalho de outrem tornar-se-á uma coisa do passado (MARX; ENGELS, 2006).

Ao trazer a agricultura para o campo do debate sobre o avanço do capitalismo, Marx afirma que “é na esfera da agricultura que a grande indústria opera do modo mais revolucionário na medida em que aniquila a velha sociedade, o camponês, e o substitui pelo assalariado” (MARX, 2017, p. 572).

Por meio do assalariamento, as necessidades sociais emergentes do campo são equiparadas às dos trabalhadores da cidade, destituindo a característica do camponês, “o rompimento do laço familiar originário da agricultura”, consumando, através desse assalariamento o modo de produção capitalista no campo. Nas palavras de Marx (2017, p.572), “ele cria, porém, simultaneamente os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, da união de agricultura e indústria na base das suas figuras

opostamente elaboradas”, o que visualizamos hoje, como agronegócio.

De fato, o autor acerta nesse crescimento da população assalariada no campo, entretanto, não há o desaparecimento do camponês por completo.

Com o aumento crescente da população urbana, geralmente aglomerada em grandes centros, a força produtiva capitalista concentra a força motriz da sociedade (assalariados urbanos) e, desestabiliza a troca material entre o homem e a terra.

Mas, ao mesmo tempo em que destrói as condições desse metabolismo, engendradas de modo inteiramente natural e espontâneo, a produção capitalista obriga que ele seja sistematicamente restaurado em sua condição de lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano (MARX, 2017).

Lênin e a teoria da diferenciação social

Os teóricos marxistas clássicos acreditavam em uma universalização das relações de produção capitalistas no espaço agrário, em detrimento de uma produção parcelada, ou seja, divididas em pequenas colônias, justificavam ser esta uma maneira de se chegar ao socialismo. Lênin, um dos representantes do marxismo, retoma a condição camponesa no contexto da revolução russa, do início do século XX, afirmando que:

Na Rússia, a propriedade camponesa da terra, tanto a loteada (às comunidades e famílias camponesas), como a privada (terra arrendada ou comprada), está envolvida de cima a baixo, de lado a lado, por velhos vínculos e relações de semi-servidão, pela divisão dos camponeses em categorias herdadas

do tempo do regime de servidão, fragmentação dos lotes, etc., etc.

Compreendia que a subordinação ao mercado levaria à desintegração do campesinato, pois “não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros” (LÊNIN, 1985, p. 113), ou seja, a destruição radical do antigo campesinato patriarcal e a criação de novos tipos de população rural. Isso significa que a expansão do modo capitalista de produção produziria na agricultura a divisão estrutural de classes: de um lado os detentores dos meios de produção (a burguesia rural) e de outro os proprietários da força de trabalho (o proletariado rural). O autor ainda apresenta uma terceira categoria, o campesinato médio, que seria um elo intermediário entre os dois tipos do campesinato. Este seria o grupo menos desenvolvido, que sobrevive contraindo dívidas e procurando rendas suplementares.

Assim, o problema central da investigação de Lênin, estava em compreender o processo de formação de um mercado interno para o sistema produtivo capitalista por meio da divisão social do trabalho. Caberiam, nesse sistema, proprietários capitalistas, assalariados e ainda camponeses, estes últimos com uma racionalidade distinta das demais categorias de produtores. A exposição de Lênin tratava do desenvolvimento da agricultura camponesa sob a ótica da divisão social do trabalho, da penetração das mercadorias e do processo de proletarianização, este último muito apoiado nas teorias de Marx. Surgiam,

em sua análise, os camponeses ricos e pobres. Sobre os últimos Lênin expunha:

Em toda a sociedade capitalista, a existência de pequenos camponeses se explica não pela superioridade técnica da pequena produção agrícola, mas pelo fato de que eles reduzem as suas necessidades a um nível inferior ao dos operários assalariados e se exaurem no trabalho incomparavelmente mais que estes últimos (LENIN, 1985, p.7)

De forma sintetizada, Lênin, compreendia que a mercantilização dos processos agricultáveis ocasionaria um processo de evolução social, culminando no aparecimento de subclasses: de um lado, os proletários rurais e, de outro, um campesinato burguês, economicamente mais favorecido em função utilização da força de trabalho assalariada.

O velho campesinato não está apenas se “diferenciando”; ele está sendo totalmente dissolvido, está deixando de existir, deslocado por tipos de população rural totalmente novos, por tipos que constituem a base da sociedade na qual dominam a economia mercantil e a produção capitalista. Estes tipos são a burguesia rural (pequena burguesia, principalmente) e o proletariado rural, a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos trabalhadores agrícolas assalariados. (LÊNIN, 1985, p. 77)

A assertiva de Lênin está justamente em discutir a penetração capitalista no campesinato e a existência internamente, de uma contradição de classes. Entretanto, há um equívoco no pensamento de Lênin, pois as chances de sobrevivência da pequena unidade familiar eram maiores do que diziam as análises de Lênin e que, portanto, não haveria a dissolução desta como afirmava Lênin e também Marx. Vale destacar que Lênin vinculava a desintegração do campesinato com a

formação do mercado interno no capitalismo, destacando que a teoria da agricultura fundada na organização do trabalho familiar seria um equívoco, pois estas unidades seriam transformadas, com a avanço do capital em unidades totalmente mercantis.

O manifesto chayanoviano: teoria da dinâmica não capitalista da economia camponesa

O pensamento e obras do Russo Aleksander Vasilievich Chayanov – um agrônomo social – como se definia – são de fundamental importância para compor o debate entre os clássicos. Para Scheneider (2016, p.5) a obra de Chayanov, é “[...] extensa e ainda mal conhecida de boa parte dos leitores ocidentais. Seus primeiros livros foram escritos entre 1905 e 1924, quando travava com Lenin um intenso debate sobre o destino dos camponeses russos pós-revolução”.

Neste cenário agrário russo, o campesinato detinha a maioria da população rural, ignorada pelo programa agrário dos marxistas. Logo após a Revolução Russa de 1917, os bolcheviques, influenciados pelas teorias de Marx e representados por Lênin, propuseram a imediata expropriação das grandes propriedades e a nacionalização das terras, inclusive as dos camponeses. “Numa posição totalmente oposta, a Liga pela Reforma Agrária, representada por Chayanov, sugeriu a transferência de toda a terra às unidades camponesas” (HEYNIG, 1982, p. 128).

A Rússia pós-revolução era um caldeirão vívido de ideais em ebulição, onde perspectivas de mudança rural de grande projeção eram amplamente discutidas.

Chayanov apresentou três grandes inovadoras linhas de raciocínio sobre a agricultura camponesa: 1) uma teoria sobre a agricultura camponesa que

incluía uma primeira tentativa de decifrar a dinâmica da unidade camponesa individualmente e da agricultura camponesa como um todo. Essa teoria em micronível foi associada a uma discussão mais geral (no nível macro) em que o “Estado isolado” (ou a “ilha”) era usado como metáfora, com um forte indicativo da importância da regulamentação cuidadosa do mercado internacional. Chayanov (1981) também desenvolveu uma visão utópica sobre como a agricultura camponesa poderia se desdobrar em sociedade próspera situada em algum ponto do futuro. Ele o fez anonimamente, usando o pseudônimo de “Ivan Kremnev”, em um romance de 1920 que descreve a saga do “Irmão Alexis Chayanov” (1976).

Um esboço do que ele chamava de “agronomia social”, que segundo muitos autores foi o ponto de partida da extensão rural e dos estudos sobre extensão. É também um esboço de uma agronomia que reconhece a centralidade das interações entre, e a transformação mútua de pessoas e natureza (em vez de enxergar a agricultura como algo governado unicamente pelas “leis da natureza”). 3) Uma teoria de cooperação vertical⁸ (ao contrário da cooperação horizontal imposta pela “coletivização” que se seguiu posteriormente), que é um exemplo preliminar da transição (PLOEG, 2016).

Uma das grandes questões defendidas pelo autor consistia na sobrevivência e reprodução da agricultura familiar camponesa. Apoiado nas teorias de Chayanov, Ploeg (2016) afirma que mais de cem anos depois: “a agricultura camponesa pode ir aonde o capital não pode” basicamente por que: a mecânica interna de funcionamento das unidades camponesas é diferente das unidades capitalistas. A agricultura camponesa se baseia sobre o trabalho não assalariado.

O trabalho não é mobilizado através do mercado. É trabalho familiar: trabalho interno da propriedade, que provém da família.

Em defesa da existência da unidade familiar não capitalista para agricultura camponesa, o autor pondera sobre a concepção de lucratividade esperada por famílias camponesas, considerando que estas diferentemente das unidades capitalistas existem, na dualidade da satisfação das necessidades básicas familiares e obtenção de renda para sobrevivência familiar. Partindo da lógica interna da unidade produtiva familiar, baseada no trabalho do próprio produtor e de sua família:

Para Chayanov, o princípio básico da família camponesa, reside na satisfação das suas necessidades, concebida simultaneamente como uma unidade de produção e consumo. A partir da tríade, trabalho, terra e capital formam um conjunto indissociável de variáveis dependentes, estabelecidas num processo de equilíbrio entre o dispêndio de trabalho e as necessidades de consumo da unidade. A quantidade do produto do trabalho depende do tamanho e da composição da família trabalhadora e do grau de auto exploração (este prescrito pelas necessidades internas de consumo). O equilíbrio será afetado pelo tamanho da família, membros aptos ou não ao trabalho, e pela dimensão da terra, sujeita a alterações por herança, casamentos etc., a promover a diferenciação no espaço rural, denominado pelo autor de diferenciação demográfica.

A propriedade camponesa “existe dentro de uma economia dominada por relações capitalistas; está imersa na produção de mercadorias das quais é uma ínfima produtora, vendendo e comprando a preços fixados pelo capitalismo das mercadorias e o seu capital circulante

pode depender de empréstimos bancários” (CHAYANOV, 1966, p. 222).

Chayanov (1974), pauta-se no conceito de se compreender a situação do campesinato e o seu processo de reprodução a partir de sua estruturação interna. O autor teve uma análise da estrutura produtiva da unidade de exploração econômica camponesa, no contexto da Revolução Russa, tendo como base os dados da realidade dos campos russos. Isso significa que ele reconhece a heterogeneidade do campesinato e entende sua essência a partir da relação de trabalho familiar.

Nuestra tarea es el análisis de la organización de la actividad económica de la familia campesina, una familia que no contrata fuerza de trabajo exterior, que tiene una cierta extensión de tierra disponible, sus propios medios de producción y que a veces se ve obligado a emplear parte de su fuerza de trabajo en oficios rurales no agrícolas. (CHAYANOV, 1974, p. 44).

Para o autor, o camponês é como um sujeito histórico que organiza sua propriedade essencialmente com a mão-de-obra da família e com seus próprios meios de produção, ou seja, Chayanov (1974) elege a relação de trabalho familiar como a essência da organização camponesa, destacando, por conseguinte, a composição e o tamanho da família na determinação geral das atividades produtivas camponesas. Isso significa que a composição da família e sua dinâmica etária determinariam a equação consumidores/trabalhadores, o que, por sua vez, determinaria o grau e a intensidade do trabalho despendido para a satisfação das necessidades de consumo do conjunto familiar. Porém, às vezes o aumento das necessidades de consumo não se encontra diretamente relacionado ao número de consumidores;

ele pode estar ligado a estímulos externos (mercado).

Dessa forma, podemos afirmar que para Chayanov a família camponesa visa unicamente atingir o equilíbrio entre a penosidade de seu trabalho e a satisfação de suas necessidades, tendo como objetivo garantir sua reprodução enquanto sujeito histórico. Sua abordagem valoriza a organização familiar a partir de sua estruturação interna e de sua heterogeneidade. Podemos afirmar que, implicitamente em sua análise, o autor defende que mesmo com a progressiva generalização das relações tipicamente capitalistas de produção o campesinato guardaria em sua estrutura as singularidades que constituem a sua essência. Dessa maneira, Chayanov propõe uma análise do campesinato por dentro do campesinato, negando, consequentemente, a teoria clássica marxista.

Nota sobre Karl Kautsky: a teoria da subordinação da agricultura à indústria

De maneira sintetizada, um dos pontos centrais sobre agricultura capitalista para o autor, é a divisão progressiva do trabalho e o emprego de máquinas. Quanto mais o camponês se transformava em agricultor, ou quanto mais se completava a separação entre a indústria e a agricultura, mais depressa desaparecia aquela auto-suficiência, segurança e conforto da existência camponesa. “O camponês passa agora a depender do mercado que a ele se revelava mais caprichoso e imprevisível que o tempo” (KAUTSKY, 1980, p. 40-41).

Contrariando as ideias de Chayanov (1974), o autor Karl Kautsky (1980), busca compreender os diversos elementos da agricultura sob o modo

capitalista de produção a partir da teoria clássica marxista. Karl Kautsky, figura como um imponente teórico que se preocupou em realizar uma análise detalhada das leis do desenvolvimento do capitalismo no campo, sendo sua obra mais oponente *A Questão Agrária*, publicada em sua primeira edição no ano de 1899.

O ponto chave para este debate consiste na ideia da subordinação da agricultura a indústria, ideia apresentada por Marx em *Grande Indústria e Agricultura* contido no livro I de *O Capital*, já apresentada neste trabalho.

Apesar de Kautsky ter sido influenciado pelas obras de Marx, admite que as:

Deduções de Marx não podem ser transportadas para o domínio da agricultura, pois sua teoria do desenvolvimento, que pressupõe o crescimento da grande exploração, a proletarianização das massas, e que deduz dessa evolução, como consequência necessária, o socialismo, só é clara para o domínio industrial, não para o domínio agrário. (CARNEIRO, 2009, p. 60)

Mesmo que o modo de produção capitalista estivesse progressivamente dominando a sociedade, ele não representa a única forma de produção existente, pois haviam resquícios de modos de produção pré-capitalistas.

Para o Kautsky, a classe camponesa figurava como um enigma dentro da proposta de construção do socialismo, caracterizando-os como superiores e também por sua inconstância política, justificando a dualidade de interesses ora com a burguesia, ora com o proletariado, criando dificuldades para encaixá-los em padrões definidos de comportamento e, por conseguinte, criando inconstâncias nas lutas políticas que se pretendia travar.

O capitalismo, ao penetrar no campo, promove a concentração de riqueza de maneira análoga como ocorre na indústria. O que Kautsky destaca em seus escritos, é de que existia uma proletarianização das camadas mais pobres do campesinato e, um movimento entre pequena e grande propriedade, para o autor esse movimento acarretou a permanência das relações pré-capitalistas na Rússia perpetuando “sua condição atrasada e semifeudal e a entrar a passagem para o socialismo, visto que este sistema só seria possível num país onde as forças de produção, sob as relações do capitalismo, estivessem completamente desenvolvidas” (KAUTSKI, 1985, p. 16).

Para exemplificar a subordinação da agricultura a indústria, cita como exemplo o caso de dinamarqueses suíços, demonstrando a forte presença da produção em escala industrial em detrimento da autonomia de produção camponesa. Deste modo, “quando o camponês se torna fornecedor de uma fábrica estranha, ele deixa de ser senhor de sua exploração agrícola, se tornando um apêndice da exploração industrial, um operário parcial da fábrica:

O camponês, de dono de sua própria produção agrícola, converte-se, ele próprio, em um apêndice da produção industrial; tendo de submeter-se às demandas desta última, ele se transforma, em parte, em um operário [...] Que extensão tomaram certas explorações da indústria agrícola? É o que nos mostram, por exemplo, as empresas da casa Nestlé. Ela possuía na Suíça duas grandes fábricas para o preparo de leite condensado e uma fábrica para o preparo de farinha Láctea. Esta última, estabelecida em Vevey, trabalha diariamente 100.000 litros de leite, produto de 12.000 vacas, oriundos de 180 aldeias. 180 aldeias

perderam a sua autonomia econômica e se tornaram caudatárias da casa Nestlé. Os seus habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas já não são camponeses livres. (KAUTSKY, 1985, p. 256)

Kautsky entendia, portanto, que a conquista do socialismo se daria pelas mãos do proletariado e, que a expansão da grande exploração capitalista era uma condição necessária, pois somente ela detinha a condição material para se chegar à cooperativa socialista.

Entretanto, ele enfatiza que o problema central no tocante a implantação do cooperativismo pelos camponeses diz respeito à resistência que esses têm em trabalhar em conjunto. Kautsky (1980) comenta que os camponeses têm internalizada uma visão individualista para a gestão de suas propriedades, visto que historicamente o camponês aprendeu a ser o único administrador de suas terras o que torna difícil o mesmo aceitar a idéia de gerir de forma coletiva essas propriedades por meio do cooperativismo.

Podemos inferir que Kautsky (1980), mesmo seguindo a teoria clássica marxista, reconhece, a partir de seus estudos, que a pequena exploração não apresentava indícios de desaparecimento em muitos países pesquisados. Entretanto, o autor enfatiza a centralidade do trabalho acessório (assalariamento) e a mão de obra familiar e sua relação com a reprodução do campesinato. A partir disso, notamos que Kautsky (1980) não desvincula o campesinato das relações capitalistas de produção, reforçando uma análise pautada na similaridade entre a expansão do capitalismo na indústria e na agricultura.

Dessa forma, Kautsky (1980) compreende a questão agrária a partir

das modificações nas relações de trabalho e de produção motivadas pela industrialização, sendo que a unidade de produção camponesa seria progressivamente substituída pelas empresas capitalistas, restando aos camponeses tornarem-se lavradores autônomos e assalariados.

a indústria constitui a mola não apenas da sua própria evolução, mas ainda da evolução agrícola. Vimos que foi a manufatura urbana que dissociou, no campo, a indústria e a agricultura, que fez do rural um lavrador puro, um produtor dependente dos caprichos do mercado, que criou a possibilidade de sua proletarianização. (KAUTSKY, 1980, p. 321)

Para o autor, o desenvolvimento das forças produtivas levou a diferenciação técnica entre a grande e a pequena exploração, o que fortaleceu a aliança agricultura- indústria, que, por sua vez, reproduziu a separação entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade da força de trabalho, ou seja, o domínio quase que absoluto do assalariamento. Porém, é importante afirmar que o autor não via esse processo como algo homogêneo, ou seja, ressaltava que em alguns lugares a indústria não estaria presente.

Por fim, o autor nos faz refletir sobre a importância do processo de transformação e, sobretudo desta subordinação da agricultura a indústria inferindo que:

Se se deseja estudar a questão agrária segundo o método de Marx, não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se, ao contrário, pesquisar todos as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista. Deve-se pesquisar se e

como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade novas formas (KAUTSKY, 1980, p.28).

Kautsky (1998) acreditava que essa “revolução” no meio rural partia do urbano. Sendo que, quanto maior fosse a dependência do agricultor, melhor resposta positiva o mercado obteria. Pode-se afirmar, dessa forma, que a articulação “rural-urbano” decorre, em grande parte, da ampliação na divisão social do trabalho estruturada do aparato tecnológico antes relativamente menos importante para as atividades agrícolas.

Os processos que compõem a agricultura se alteram, e uma atividade que por centenas de anos não obtinha progresso, tornou-se, em poucos decênios, a mais revolucionária de todas. Na mesma medida em que a revolução se processava, essa profissão que rotineiramente passava por herança, de pai para filho, evoluía e se transformava agora, em uma ciência, ou melhor dizendo, se transformava em um conjunto de ciências, cujo objeto e conclusões teóricas abrangem um campo em rápida expansão. O agricultor que não se encontra familiarizado com essas ciências, o simples ‘prático’ assiste perplexo a todas essas inovações, mas já não pode apegar-se à tradição, pois tornou-se impossível manter o sistema consagrado dos pais e dos avós (KAUTSKY, 1998).

Naquele momento, Kautsky (1998) observava que a incorporação tecnológica era economicamente viável em grandes propriedades e não em pequenas. Em relação ao volume de suas vendas, o grande comerciante não tem apenas despesas menores que o pequeno. Ele também vê e domina o mercado de forma diferente do pequeno.

Uma consequência dos modelos de gestão adotados, principalmente no âmbito da agricultura familiar é a diversificação da propriedade rural visando à composição de um leque de atividades que permitam a obtenção de renda, independentemente da sazonalidade inerente à agricultura. No momento em que Kautsky (1998) escrevia, havia uma forte tendência de paralisação da indústria doméstica, ou até mesmo de sua dissolução, diante das orientações impostas pelo mercado. Hoje se incentiva a agroindustrialização nas propriedades rurais como forma de agregação de valor ao que é ali produzido, o que não se dissocia, da mesma forma como tratava o referido autor, de novas demandas do mercado.

Enfim, o desenvolvimento do mercado produz entre os pequenos camponeses a necessidade de um rendimento suplementar além daquele que lhe fornece o estabelecimento agrícola de sua propriedade. A área de plantio do pequeno produtor é excessivamente restrita e não permite a produção que exceda a demanda de sua própria família; dele não tem produtos agrícolas que possa levar ao mercado. A única mercadoria que lhe resta então para vender é a própria energia de trabalho, que excede a requerida temporariamente pelo próprio estabelecimento. Um dos modos de aproveitá-la é a sua transformação em trabalho assalariado, a serviço dos estabelecimentos agrícolas maiores. (KAUTSKY, 1998, p.43-44)

Uma das causas do aumento do processo de assalariamento, principalmente dos pequenos camponeses, encontra-se vinculada à melhoria na gestão das propriedades devido à tecnologia. Surge, como consequência natural “[...] uma progressiva divisão do trabalho dentro das próprias unidades de produção” (KAUTSKY, 1998, p.69). Nesse caso, é

natural a tendência de ampliação dessa divisão tanto em pequenas quanto em grandes propriedades. Contudo, nas pequenas propriedades tais ajustes são mais difíceis porque o nível de renda normalmente é mais restrito. Nesse aprofundamento da divisão social do trabalho forçosamente aumenta a dependência do agricultor em relação ao comércio intermediário. Sendo assim: O camponês produz agora não somente na condição de industrial; como agricultor também já não produz pessoalmente tudo de que necessita para uso próprio. Vê-se obrigado, agora, a comprar mais ferramentas [mais caras do que antes] inclusive parte dos alimentos que consome, produtos que seu estabelecimento especializado não mais produz, ou não produz em quantidade suficiente (KAUTSKY, 1998, p.71)

A partir da leitura dos teóricos do marxismo, pode-se inferir que estes acreditavam em uma universalização das relações de produção capitalistas no espaço agrário, e que buscavam a constituição de uma classe política operária, condição essencial para implantação do socialismo. Entretanto, na concepção dos autores desse pensamento, o camponês constituía um entrave à formação da classe desejada, pois criava obstáculos ao pleno desenvolvimento do capitalismo no campo. Todas as obras que tinham como norte a teoria marxista, não oferecem uma robusta contribuição no que tange a produção familiar camponesa, pois apontaram para um destino trágico do camponês. Para fins didáticos apresentaremos um debate desses autores a partir de uma divisão entre os paradigmas. O primeiro, do capitalismo agrário, apresenta um rol variado de teóricos que acreditam que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar.

Dentre as obras que apresentam elementos deste paradigma, estão, os escritos de Lênin (1899/1985) e (1918/1980) e Kautsky (1986) por serem iniciais, contendo elementos fundamentais para compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo.

Lênin (1899/1985) ao discutir o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e nos Estados Unidos, elucida o processo de exploração e posterior destruição do campesinato resultando na eliminação do camponês, que se justifica pelo avanço capitalista, pois, o capital encontra as mais diversas formas de propriedade medieval e patriarcal da terra: a propriedade feudal, a de clã, a comunal, a estatal. “O capital faz pesar seu jugo sobre todas estas formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos” (LÊNIN, 1980, p. 7).

Para Kautsky (1986) compreende a reprodução do campesinato enquanto resultante do processo de auto exploração que se aproxima da barbárie. A presença do camponês no campo significava o atraso econômico e social presente neste cenário. O camponês ainda se mantinha ligado ao seu pedaço de terra, representa, assim um vestígio de um modo de produção próprio de épocas passadas.

Kautsky, assim como os teóricos deste paradigma, compreendiam que o seu fim está próximo, pois a essência do desenvolvimento do capitalismo no campo consiste na produção de duas classes sociais antagônicas: proletariado e burguesia.

Neste sentido, apresenta-se uma proposta de implantação do socialismo através da instalação das cooperativas, transformando o camponês em um determinado tipo de proletariado.

Desta forma, a produção científica de Kautsky pertence a esse arcabouço teórico marxista para o qual os camponeses não se constituíam como sujeitos políticos que pudessem contribuir na construção da sociedade socialista por estarem destituídos de conteúdo revolucionário quer em suas concepções, quer em suas manifestações (FELÍCIO, 2006).

Considerações finais

No Brasil, a reforma agrária, necessita, com urgência de um pensamento e, consequentemente, uma política pública que valorize o modo de produção camponês, valorizando toda uma dinâmica relacionada ao modo de vida camponês, para que haja o pleno atendimento das reais necessidades sociais camponesas, pois as questões sociais rurais são por muitas vezes heterogêneas e complexas e, necessitam de uma política específica.

A relação histórica entre os governos e a elite agrária brasileira permite conservar velhos padrões estruturais, que, no contexto atual, assumem uma nova roupagem com traços neoliberais dos anos 2000. As tendências das políticas públicas no âmbito dos territórios rurais se mostram incapacitadas de resolver questões estruturais do ponto de vista da produção dos diversos segmentos sociais que ali estão presentes.

Referências

- ALMEIDA, R. A., & PAULINO, E. T. (2011). Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. *GEOGRAFIA (Londrina)*, 9(2), 113–127. <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2000v9n2p113>
- CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos / the unit of family production and the classic theoretical discussions. **CAMPO- TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 4, n. 8, 9 set. 2009.
- CHAYANOV, Alexander V.. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.134-163.
- FELÍCIO, M. J. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia** - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 — Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências
- HEINIG, Klaus. Principales enfoques sobre la economía campesina. **Revista de LaCEPAL, Chile**, n. 16, p. 115-142, abr. 1982.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1985.
- LÊNIN. Vladimir Ilyich. **Relatório sobre a Questão Agrária**. Obras Escolhidas em Três Tomos, 1917, tomo 2, pág: 82 a 85. Edições Avante - Lisboa, Edições Progresso – Moscovo disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/05/11.htm>. Acesso em: 04 de janeiro de 2020.
- LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p.
- MARX, K. **O capital**. Livro III. Paris, Ed. Sociales. 1974.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 10a. Ed., São Paulo: Global, 2006 [1848]).

Recebido em 2023-03-07
Publicado em 2023-10-20